

## Sim à repactuação. Não ao leilão das nossas reservas de petróleo e gás

### Todos juntos no ato nacional desta terça-feira, dia 13, em frente ao Edise



A FUP e seus sindicatos filiados realizam na terça-feira, dia 13, uma grande manifestação em frente ao edifício sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, cobrando da empresa a implementação da repactuação do Plano Petros e a suspensão da 9ª Rodada de Licitações de campos de petróleo e gás, que está prevista para os próximos dias 27 e 28. Nesta quinta-feira, dia 08, a FUP reuniu-se com o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielle, para cobrar o pagamento dos novos valores dos benefícios dos aposentados e pensionistas que repacturam. A Federação também cobrou a intervenção da Petrobrás junto ao governo e à ANP para interromper os leilões de campos de produção de petróleo e gás natural (veja matéria abaixo).

A repactuação judicial que garante os aportes de mais de R\$ 6 bilhões da Petrobrás e suas subsidiárias para o Plano Petros e, consequentemente, a implementação da repactuação de seu regulamento, foi protocolado na 18ª Vara Civil do Rio de Janeiro e ainda aguarda a homologação da justiça. A FUP tem insistentemente cobrado da Petrobrás que adiante o pagamento dos novos benefícios de que repactua e seus respectivos retroativos. Essa proposta chegou a ser apresentada ao Conselho Deliberativo da Petros, mas a Petrobrás recuou diante da ameaça dos conselheiros eleitos, Paulo Brandão e Yvan Barreto, de tentar impugnar o acordo, caso o adiamento dos aportes fosse feito sem a homologação da justiça e a aprovação do novo regulamento do Plano Petros pelos órgãos do governo federal – SPC e DEST.

A FUP entende que a Petrobrás tem plenas condições de resolver este impasse e cumprir o que foi acordado com os participantes e assistidos do Plano Petros, independentemente dos trâmites legais do acordo. A empresa sabe muito bem que a homologação é mera burocracia e que o acordo celebrado é irreversível. Além do mais, os

aportes de mais de R\$ 6 bilhões que a Petrobrás fará ao Plano Petros não é favor algum e sim obrigação da empresa, que durante anos acumulou dívidas com o fundo de pensão dos trabalhadores. A repactuação, portanto, consolida o pagamento destas dívidas históricas, através de um termo de transação judicial que foi assinado publicamente pela FUP, Sindicatos, Petrobrás, subsidiárias e Petros.

Não há porque os petroleiros agora ficarem a mercê da burocracia da justiça, impedidos de usufruir de um direito que já foi celebrado. No passado recente, em situações muito mais adversas e juridicamente comprometedoras, a Petrobrás não titubeou para fazer valer seus interesses, independentemente dos riscos que correu. Agora, quando se trata de um acordo democraticamente respaldado pela categoria e formalmente endossado pelas entidades sindicais, a empresa adota uma postura legalista. Parece que a Petrobrás, mais uma vez, está desafiando os petroleiros a irem para o confronto, como fez em 1994 e em 1995. Os trabalhadores saberão dar a devida resposta nesta terça-feira e na greve com controle de produção que está sendo preparada para ter início no dia 26.

**Burocratismo** – As assessorias jurídicas da FUP e da Petrobrás estiveram esta semana com a juíza titular que acabou de assumir a 18ª Vara Civil do Rio de Janeiro para cobrar agilidade em relação à homologação da transação judicial que garante a repactuação do Plano Petros. A juíza informou que analisará o processo, dando a devida prioridade, mas não se comprometeu com prazos. Ou seja, está mais do que claro a necessidade da categoria se mobilizar para fazer a Petrobrás garantir o cumprimento do acordo, independentemente dos trâmites legais.

## Encontro de Trabalhadores do Setor Privado é adiado para dezembro

Em função da agenda de mobilizações da campanha reivindicatória apontada pela FUP e Sindicatos para este mês de novembro, o I Encontro Nacional dos Trabalhadores do Setor Privado foi adiado para o início de dezembro. O evento estava previsto para ocorrer nos dias 08 e 09 de novembro, em São Mateus, no Espírito Santo, com o objetivo de unificar a luta dos petroleiros terceirizados na busca por condições de trabalho que tenham como palmares mínimos o que é praticado pela Petrobrás. O Encontro também discutirá uma campanha nacional com o lema "Somos todos petroleiros. Trabalho Igual, direitos iguais", além de uma agenda de mobilizações para o setor privado, com a construção de um dia nacional de lutas.

### FUP debate no Peru condições de trabalho e organização sindical dos trabalhadores da Respsol/YPF



Dirigentes sindicais de vários países participaram entre os dias 15 e 17 de outubro, em Lima, capital do Peru, do *Terceiro Seminário Sindical da Rede de Trabalhadores da Respsol/YPF na América Latina, Caribe e Espanha*. A FUP esteve presente, representada pelo diretor da Secretaria de Relações Internacionais e Setor Privado da Federação, João Antônio Moraes, que já havia acompanhado os dois seminários anteriores realizados na Argentina, em 2006, e no Brasil, em 2005. O seminário é organizado pela ICEM e pela FITEQA-CC.OO (Federação Espanhola de Trabalhadores de Indústrias Químicas e Afins) com o objetivo de consolidar a rede de trabalhadores da Respsol/YPF. O eixo central do encontro este ano foi a responsabilidade social, cujas reivindicações dos trabalhadores foram debatidas diretamente com a gerência da empresa.

O seminário reafirmou a necessidade de um diálogo constante entre a Respsol/YPF e a sociedade, assim como a importância do respeito ao meio ambiente e aos direitos dos trabalhadores próprios e terceirizados. Os dirigentes sindicais foram enfáticos em destacar que responsabilidade social está diretamente relacionada à garantia de condições dignas de trabalho e respeito à representação sindical. Outro ponto ressaltado pelo seminário foi a necessidade da Respsol/YPF ampliar seu relacionamento com as comunidades indígenas, respeitando suas reivindicações já que muitos dos territórios indígenas da América Latina e Caribe sediaram atividades da empresa.

A gerência da multinacional se comprometeu a rever algumas de suas práticas no sentido de atender os principais pleitos dos sindicalistas, como o respeito às convenções da OIT e as legislações de cada país, além de se dispor a negociar melhorias nas condições de trabalho de seus empregados diretos e indiretos. A Rede Sindical de Trabalhadores da Respsol/YPF para a América Latina, Caribe e Espanha acompanhará, passo-a-passo, a efetivação desses compromissos assumidos pela empresa, através dos sindicatos e federações locais, e voltará a se reunir no próximo ano para ampliar sua atuação, integrando-se ao projeto da ICEM de constituição de uma Rede Sindical do Setor de Energia na América Latina.

### Responsabilidade social da Petrobrás no Peru é questionada por sindicalistas

Após ter participado do Seminário que consolidou a Rede Sindical dos Trabalhadores da Respsol/YPF, a FUP reuniu-se com a Gerência Geral da Petrobrás no Peru para discutir as condições de trabalho dos prestadores de serviço e cobrar maior diálogo da empresa com as entidades sindicais. A reunião ocorreu no dia 18 de outubro, na sede da Petrobrás em Lima, com a presença do diretor da FUP, João Antônio Moraes, do presidente da ASEM para a América Latina e Caribe, Sérgio Novais, e do Secretário de Relações Internacionais da Fenupetro (Federação Nacional Única dos Petroleiros do Peru), Moisés Ochoa. Por parte da Petrobrás, estiveram presentes o gerente geral da empresa no Peru, Pedro Grijalba, o gerente de Recursos Humanos, Julio César Lozano Escudro, e o gerente de serviços técnicos, Aldo Presser.

A FUP e a Fenupetro relataram os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores de empresas terceirizadas que prestam serviço para a Petrobrás no Peru, cobrando soluções e responsabilidade social por parte da empresa. As gerências locais da Petrobrás apresentaram um relatório de ações na área de responsabilidade social, cuja atuação é discutida pela empresa com as ONGs e movimentos sociais do Peru. Tanto a FUP, quanto a Fenupetro e a ICEM ressaltaram que o conceito de responsabilidade social é muito mais amplo e deve englobar, principalmente, o respeito aos direitos de toda a força de trabalho da companhia, incluindo os terceirizados. A Gerência Geral da Petrobrás agendou uma nova reunião com a Fenupetro para o dia 13 de novembro para discutir os problemas relacionados aos trabalhadores terceirizados, assim como uma agenda de soluções. A empresa também convidou a Federação peruana para participar da mesa conjunta com as ONGs e movimentos sociais que discute os projetos e programas de responsabilidade social da Petrobrás no país.

A FUP ressalta que permanecerá atenta à atuação da Petrobrás na América Latina e não admitirá desrespeito aos direitos trabalhistas e de organização sindical, nem muito menos a postura imperialista que a companhia tem adotado em alguns países. A Petrobrás é uma empresa pública, que deve ter compromissos com o desenvolvimento social não só no Brasil, como em todos os países onde atua.

### Associações de aposentados na berlinda: denúncias de irregularidades em empréstimos consignados pela Petros

A FUP cobrou da Petros explicações e providências em relação às denúncias de irregularidades cometidas pelas associações de aposentados, que estariam utilizando de forma indevida as autorizações de descontos em folha para realizar empréstimos financeiros. As denúncias relatam que várias associações de aposentados têm utilizado os códigos de descontos - cuja finalidade era a prestação de serviços assistenciais aos associados - para a concessão irregular e ilegal de empréstimos financeiros, com juros extorsivos e sem respeitar a margem consignável de desconto estabelecida pelo decreto lei 4.840/03.

As denúncias relatam que esses empréstimos vêm sendo divulgados publicamente, através de anúncios classificados e em material publicitário próprio, que anunciam vantagens, como rapidez, dispensa de avalista e de consultas aos serviços de crédito e, o que é pior, utilizando indevidamente o nome da Petros. Existem casos de aposentados e pensionistas que comprometem todos os meses até mais de 90% de seu benefício para cobrir os empréstimos feitos através das associações, enquanto que o permitido por lei é de no máximo 30% do benefício total (Petros + INSS). Além disso, a legislação é bem clara: os convênios para empréstimos com desconto em folha só podem ser autorizados para entidades financeiras, legalmente constituídas, com a anuência de entidades sindicais, o que não é o caso das associações de aposentados.

### De quem é o morto? O jogo de empurra por trás dos indicadores de acidentes na Petrobrás



A Transpetro enviou nota à FUP, contestando as informações sobre o acidente fatal ocorrido com o operador de escavadeira, José Oliveira Silva, da empresa AS/Etesco, no dia 16/10, no Amazonas. A matéria, publicada na edição 824 do boletim Primeira Mão, divulgou informações da Gerência de Engenharia da Petrobrás, que declarou que o operador se acidentou quando realizava um serviço para a Transpetro, sem PIT e sem APR, o que contraria as normas de segurança da Petrobrás.

A subsidiária contradiz a informação da Engenharia, na nota enviada à FUP: "Na realidade, no momento do acidente, a escavadeira se deslocava de uma obra da Engenharia da Petrobrás e ainda não tinha se apresentado no local solicitado pela Transpetro. Informamos que já foi aberta uma comissão interna para apurar as causas do acidente, com a participação do Sindipetro/Amazonas", informa a Transpetro. Ou seja, para não comprometer as metas que buscam a qualquer custo o fictício placar de acidente zero, a Engenharia da Petrobrás e a Transpetro tentam se eximir da responsabilidade dos fatos, através de um imoral jogo de empurra, onde o que menos importa é a tragédia vivida pelo operador, que morreu afogado, preso no interior da escavadeira, que tombou em um lago, nos arredores de Manaus.

A Transpetro diz que foi acidente de percurso. A Engenharia afirma que o operador estava a serviço da subsidiária. E a categoria se pergunta: quem será a próxima vítima do descaso da Petrobrás com a vida dos trabalhadores? Nos últimos quatro anos, 65 petroleiros morreram em acidentes na companhia, dos quais 61 eram de empresas terceirizadas. Assim, como José Oliveira Silva, cuja morte ninguém quer se responsabilizar.

## Tirem as mãos do nosso petróleo!



Nos próximos dias 27 e 28, a Agência Nacional de Petróleo pretende leiloar mais 312 blocos de petróleo, em um momento totalmente inoportuno, em que o barril do produto beira os US 100, o Brasil vive uma crise de fornecimento de gás natural e a Petrobrás e o governo brasileiro anunciam investimentos bilionários para o setor. Além disso, a 9ª Rodada de Licitações anunciada pela ANP ofertará às multinacionais bacias sedimentares de grande potencial, colocando, novamente, em risco a soberania do país, na contramão das principais nações produtoras de petróleo e gás. Não bastasse tudo isso, este setor da indústria sofre os reflexos no mundo todo do superaquecimento do mercado de energia, com gargalos sérios no fornecimento de equipamentos.

Ou seja, manter os leilões das nossas reservas de petróleo e gás é um erro estratégico que o governo brasileiro cometerá. Por isso, a FUP tem feito gestões junto a Petrobrás e ao governo federal para cobrar a suspensão da 9ª Rodada de Licitações e a abertura de um amplo debate com a sociedade brasileira sobre a política energética do país. A Federação, portanto, convoca todos os petroleiros a abraçarem esta bandeira de luta e somarem-se a nós no Ato Nacional que realizaremos na terça-feira, dia 13, em frente à sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro. As reservas de petróleo e gás do país pertencem ao povo brasileiro, que, soberana e democraticamente, tem o direito de se posicionar sobre o destino do nosso patrimônio.

**NOTA DA REDAÇÃO** Após o fechamento deste boletim, os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, e das Minas e Energia, Nelson Hubner, concederam entrevista coletiva, anunciando a retirada da 9ª Rodada de Licitação de todos os blocos de exploração que tenham relação com os reservatórios do pré-sal onde está localizado o poço de Tupi, na bacia de Santos. O motivo foi o fato relevante anunciado pela Petrobrás, onde comunica a existência de reservas equivalentes a 8 bilhões de barris de petróleo e gás natural nestes reservatórios. A FUP manteve contatos com o presidente Lula e os ministros que participaram da reunião do Conselho Nacional de Políticas Energéticas, ocorrida nesta quinta, 08, na sede da Petrobrás, para discutir os encaminhamentos relativos à 9ª Rodada. A Federação voltou a reafirmar o posicionamento do movimento sindical petroleiro de suspensão dos leilões de petróleo e cobrou do presidente da República e dos ministros a abertura de um amplo diálogo com os trabalhadores e os movimentos sociais sobre a política energética do país.

## Petroleiros preparam a greve e Petrobrás agenda nova rodada de negociação para esta sexta dia 09

### FUP orienta os trabalhadores a intensificarem mobilizações

A mobilização dos petroleiros em todo o país, atendendo ao chamado da FUP de construção de uma greve nacional com controle de produção a partir do dia 26, quebrou a inércia da Petrobrás, que até então se fazia de muda em relação às reivindicações da categoria. A empresa rompeu o silêncio e agendou uma nova rodada de negociação com a FUP para sexta-feira, (09), às 10h, com o objetivo de discutir os pontos da pauta de reivindicação que foram elencados pela Federação e sindicatos como fundamentais para o fechamento do acordo coletivo.

A hora agora é de intensificar as mobilizações, com participação maciça nas setoriais para organizar o ato do dia 13 no Rio de Janeiro pelo cumprimento da implementação da repactuação e nos seminários de qualificação da greve com controle de produção, que terá início no dia 26. A FUP volta a ressaltar que a agenda de mobilização neste mês de novembro que está sendo discutida pela categoria é fundamental para avançarmos na mesa de negociação rumo a uma proposta de acordo coletivo que contemple cada uma das reivindicações cobradas.



### O que queremos:

- Acordo único para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás;
- Reconstituição salarial com ganho real;
- Reconhecimento da periculosidade em áreas operacionais;
- Auxílio-educação para o ensino superior e unificação das tabelas de reembolso dos benefícios educacionais;
- Participação dos trabalhadores na gestão da AMS para garantir as reivindicações da categoria;
- Solução das pendências dos petroleiros anistiados;
- Direito efetivo de defesa do trabalhador nos processos de demissão com e sem justa causa;
- Solução das questões relativas à aposentadoria especial;
- Reconstituição dos efetivos operacionais próprios e fim da terceirização nas atividades permanentes;
- Inclusão do dia de desembarque na jornada de trabalho;
- Organizações por Local de Trabalho (OLT).

## Eleição no Sindipetro PA/AMMA/AP começa neste domingo, dia 11

Começa no domingo, dia 11, o processo eleitoral para escolha da nova diretoria do Sindipetro Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá. A FUP, a CUT e todos os seus sindicatos apoiam os candidatos da oposição, integrantes da Chapa 2 – Unidade Nacional, que lutam por um sindicato democrático, responsável e participativo, que defenda os interesses dos trabalhadores e não de partidos políticos, como acontece na atual gestão do PSTU. A Chapa 2 é composta por vários companheiros de luta e é coordenada por Antígenes Alves, operador da Bacia de Urucu. A eleição segue até o dia 21 de novembro e a FUP convoca todos os trabalhadores sindicalizados a comparecerem às urnas e fazer valer a vontade da maioria.



### Adicional de permanência: Bandeira da oposição que a FUP trouxe para a pauta de reivindicações

O Auxílio Residência, atualmente só concedido para os trabalhadores lotados em Manaus, será estendido a todos os petroleiros que atuam em unidades do Sistema Petrobrás no estado do Amazonas. Esta é uma das reivindicações defendidas pela FUP na mesa de negociação e contemplada pela empresa na primeira contraproposta apresentada à categoria. Bandeira histórica dos petroleiros da região amazônica, o adicional de permanência, como é conhecido, foi incluído na pauta de reivindicações da FUP a partir de uma ação da oposição petroleira do Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá, que defendeu esta proposta durante o XIII Conlup. Por incrível que pareça, essa reivindicação não consta na pauta da atual direção do Sindipetro-PA/AMMA/AP.

## Comissão de acompanhamento do PCAC da Transpetro será instalada na segunda, dia 12

A FUP reúne-se com a Transpetro na segunda-feira, dia 12, para discutir a instalação da Comissão de Acompanhamento do PCAC, cujas conquistas estão sendo implementadas pela subsidiária. A FUP indicará dois representantes para a Comissão, que terá também dois representantes da Transpetro.

**PCAC da Petrobrás** – a FUP está verificando os casos dos trabalhadores que enviaram e-mail para a Federação (reparação@fup.org.br) requisitando a reparação de níveis. Cada uma das situações relatadas será encaminhada à Comissão de Acompanhamento do PCAC da Petrobrás para que sejam analisados os recursos necessários. A FUP também continua lutando para que a empresa garanta a reparação aos trabalhadores de nível superior, que permanecem sem promoção de longo do governo FHC. Além de analisar os casos que não foi contemplado pela reparação dos níveis, a Comissão de Acompanhamento do PCAC verificará se há trabalhadores na Petrobrás com mais de dez anos no mesmo cargo que ainda estejam enquadrados

como júnior. Os casos identificados serão resolvidos, com o reenquadramento para pleno. A Comissão também fará o reenquadramento de todos os petroleiros extra-plano.

**A César o que é César** A reparação dos níveis conquistada pela FUP durante a negociação do novo PCAC é uma das mais significativas vitórias da categoria petroleira. A Petrobrás foi obrigada a reconhecer que mais de 10% de sua força de trabalho no governo FHC sofreu perseguições políticas. Milhares de petroleiros tiveram suas carreiras congeladas em consequência dos enfrentamentos da categoria. Greves e mobilizações que foram fundamentais para impedir a privatização da Petrobrás e o endurecimento das políticas neoliberais de gestão da empresa. Apesar do significado histórico dessa conquista da FUP - a reparação de níveis contemplou quase 3.500 petroleiros - os sindicatos dissidentes fizeram e acabaram atropelados, pela base.